

As Campanhas Militares de Alfonso X, o Sábio: a Cruzada à África e a Anexação dos Reinos Muçulmanos de Jerez e Niebla

Jaime Estevão dos Reis (DHI-UEM)

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo analisar as campanhas militares empreendidas por Alfonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e Leão (1252-1284), contra reinos muçulmanos do sul Espanha e do norte da África. Alfonso ascendeu ao trono de Castela e Leão em 1252, após a morte de seu pai, Fernando III. Esse monarca, guerreiro e conquistador exemplar, havia reconquistado quase a Andaluzia, restando apenas alguns enclaves muçulmanos no sul da Espanha, entre eles, os reinos de Jerez de la Frontera e Niebla. Esses reinos, que haviam efetuado pacto e tratado de vassalagem com Fernando III, após a sua morte e ascensão de Alfonso X, se rebelaram contra o novo rei, apoiados pelos muçulmanos do reino de Granada, o maior reduto muçulmano da Península Ibérica na segunda metade do século XIII. Alfonso empreendeu uma série de incursões obrigando esses reinos a permanecerem sob a tutela de Castela. Todavia, tais levantamentos mostraram a Alfonso X que as fronteiras castelhana-leonêsas com o reino de Granada não estavam completamente seguras e o monarca adotou uma política de ocupação dessas fronteiras, empreendendo novas fortificações e entregando algumas das já existentes às Ordens militares como a de Calatrava. Esse controle inicial das fronteiras permitiu que Alfonso X, se dedicasse a outro projeto militar: o da conquista do norte da África, conhecido na época como *Fecho de Allende*. De acordo com as fontes castelhanas, esse projeto havia sido planejado por Fernando III, e postergado devido à urgência de outros empreendimentos e ao agravamento da saúde do monarca (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 770). Além do motivo estratégico outro motivo, de cunho ideológico, levou Alfonso X a invadir o norte da África: na época dos visigodos esse território havia estado sob o controle dos reis de Toledo, recuperá-lo significaria o resgate da antiga unidade política dos visigodos, da qual o monarca castelhana se achava herdeiro. Em 1260 – após um longo período de preparativos, que incluiu a construção de navios e a reconstrução do porto de Santa Maria – uma frota composta por 37 embarcações partiu em direção a Salé, no norte da África. A cidade foi saqueada, mas as forças de Alfonso X resolveram abandoná-la retornando à Castela com os despojos e um grande número de escravos (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 54). As razões para tal desistência têm sido objeto de discussão entre os historiadores, especialmente entre Joseph O’Callaghan (1999), e Manuel González Jiménez (2004). Em 1261 Alfonso empreendeu nova campanha militar contra o reino de Jerez, ocupando todas as suas fortalezas e incorporando-o definitivamente à Castela. Em seguida voltou sua atenção para Niebla, devido ao rompimento de vassalagem do emir Ibn Mahfut, que, a exemplo de jerez, havia se declarado independente (SOBREQÜÉS, 1974, p.4-6). Uma vez conquistado, esse reino foi igualmente anexado à Castela (O’CALLAGHAN, 1988, P.18).

Palavras-chave: Alfonso X, Campanhas, Militares, Cruzada, Castela.

1. A Cruzada à África.

Os primeiros problemas políticos enfrentados por Alfonso X, o Sábio, ao assumir a Coroa de Castela em 1252, foram as tentativas de rebelião dos reinos muçulmanos de Jerez e Niebla, ao sul da Península Ibérica. Fernando III, pai de Alfonso X, havia submetido esses reinos incorporando-os à Castela mediante pactos de vassalagem. Logo após a morte do monarca castelhano, os emires desses reinos se declararam independentes, o que obrigou Alfonso X a empreender, em 1253, uma série de incursões militares visando mantê-los na condição de vassalos.

Uma vez controlada a rebelião, Alfonso adotou uma política de ocupação e defesa das fronteiras desses reinos com o reino independente de Granada, ameaça constante à Castela. O plano consistiu em estabelecer uma série de fortificações e entregá-las aos cuidados das Ordens Militares, sobretudo a de Calatrava, devido a sua eficiência na defesa dos territórios cristãos na Península ibérica.

A submissão dos muçulmanos peninsulares e o aparente estado de paz estabelecido após as *Cortes* de Toledo, de 1254, possibilitaram a Alfonso X dar continuidade a outro projeto político herdado de Fernando III: a conquista do norte da África ou *Fecho de Allende*, como era chamado na época.

Segundo o próprio Alfonso X, seu pai havia planejado essa empresa, que foi postergada devido à urgência de outros assuntos e ao agravamento de sua saúde. Nas palavras do monarca:

Allen mar tenie oio para pasar, et conquerir lo dalla desa parte que la morysma ley tenie, ca los daca por en su poder los tenie, que asy era. Galeas et baxeles mandaua fazer et labrar a grand priesa et guisar naues, auiendo grant fiúza et grant esperança en la grant merçed quel Dios aca fazie; teniendo que sy alla pasase, que podria conquerir muy grandes tierras si la uida le durase algunos días (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 770).

Dois motivos estimulavam Alfonso X a concretizar essa empresa: um de cunho ideológico, e outro, de natureza estratégica. O motivo ideológico tinha suas raízes na memória histórica. Durante o Império Romano, o norte da África havia sido parte da diocese imperial da Hispânia. Na época visigoda, esse território havia estado sob o controle dos reis de Toledo. A razão estratégica era ainda mais compreensível: o controle do norte da África traria segurança aos portos da Andaluzia e dificultaria possíveis invasões de muçulmanos africanos.

Em 1253, Alfonso X havia dado continuidade à construção de barcos, navios e portos iniciada por Fernando III, infra-estrutura e equipamentos necessários para fazer a guerra por mar. Também havia contratado, em agosto daquele mesmo ano, 21 marinheiros oriundos de Cantábria, França e Itália, para que ocupassem o cargo de *cómitre* de seus navios. Em troca de salário, recebimento de terra e casas em Sevilha, cada um se comprometeu a construir uma embarcação e equipá-las com 100 homens armados, os quais estariam à disposição do rei a partir de 1º de janeiro de 1255. O monarca também criou o cargo de *almirante de la mar*, exercido por Roy López de Mendoza, um dos *repartidores* de Sevilha, que ocupou o cargo até janeiro de 1260.

Como parte do seu projeto de cruzada à África, Alfonso X incluiu nos termos do acordo de paz firmado com o rei da Inglaterra em Toledo, em 1254, a participação do monarca inglês nessa empresa. Alfonso X se comprometeu a dividir com Henrique III todos os benefícios da cruzada ao norte da África.

O texto do acordo dizia o seguinte:

Sepan quantos el presente escrito vieren como nos Alfonso por la gracia de Dios rey de Castilla [...] reconocemos que quando nuestro queridísimo pariente don Enrique, por la gracia de Dios ilustre rey de Inglaterra [...], acuda en nuestra compañía a las partes de África con un ejército de cruzados suyos, todos quanto nos y él

obtemos en dichas partes de bienes inmuebles, es decir, de ciudades, villas, castillos, posesiones, tierras y otras heredades, se divida por igual entre nos y el dicho rey (Apud GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p. 109).

Entretanto, para que Henrique III pudesse participar da cruzada castelhana à África, o papa Inocêncio IV deveria desobrigá-lo de sua promessa de ir à Terra Santa. O papa, sabendo o valor que o rei da Inglaterra dava aos seus compromissos e conhecendo a importância da ida do monarca a Jerusalém, negou-se a dispensá-lo.

Nas *Cortes* de Toledo de 1254, Alfonso X procurou despertar o interesse da nobreza para participar da cruzada à África. Também recorreu às ordens militares para que aderissem à empresa africana. O monarca prometeu à Ordem de Calatrava a participação no *quinto real* dos despojos de qualquer expedição de que participasse.

Todavia, os conflitos políticos com Aragão e Navarra obrigaram Alfonso X a interromper os preparativos para a cruzada da África. Somente em 1256 pôde retomar as negociações. Entre janeiro e março desse ano solicitou às cidades de Marselha e Pisa que pusessem a seu serviço dez galeras, durante três meses, para lutar contra seus inimigos, tanto cristãos quanto muçulmanos. Em uma assembléia realizada em Segóvia, em julho de 1256, concedeu isenções fiscais aos cavaleiros vilões que mantivessem cavalos e armas à disposição para a guerra.

Com esse mesmo objetivo, Alfonso X ordenou ao Conselho da cidade de San Esteban de Gormaz, em setembro de 1257, que preparasse 120 cavaleiros armados para a expedição contra os muçulmanos. No início de 1258 reuniu as *Cortes*, em Valladolid, para tratar da cruzada à África. Também enviou mensagens a Henrique III, da Inglaterra, lembrando-o do compromisso acordado em 1254, e cobrando a sua participação. O monarca inglês respondeu que o papa não o havia dispensado de ir à Terra Santa, felicitou Alfonso X, mas não ofereceu qualquer ajuda.

Em fins de 1259, em meio aos preparativos para a cruzada à África, Alfonso X celebrou as *Cortes* de Toledo. Não se tem registro do que foi tratado naquelas *Cortes*, mas é provável que Alfonso X tenha aproveitado a ocasião para tornar pública sua intenção de ir a Roma para ser coroado imperador.

Em março de 1260 Alfonso X encontrou-se com Jaime I em Agreda, para pedir-lhe que se juntasse a ele na cruzada à África. O monarca aragonês autorizou seus vassallos a participarem da cruzada, mas advertiu-os para que não atacassem o sultão de Túnis, com quem mantinha relações de amizade e cujo território considerava uma zona de influência e de potencial expansão aragonês (O'CALLAGHAN, 1999, p. 215).

Ao que parece, Alfonso X não gostou da restrição imposta por Jaime I, provavelmente porque sabia que os emires tunisianos interferiam nos assuntos marroquinos. Além disso, quando seu irmão Enrique se exilou de Castela, havia procurado refúgio na corte de Túnis.

Segundo Jaime I, na tentativa de convencê-lo Alfonso X afirmou que fazia questão da sua participação: “[...] *querriemos que en tal fecho como aqueste, que oviessedes vos parte*” (DOCUMENTOS DE JAIME I DE ARAGÓN, 1976, p. 263-264).

Em resposta o monarca aragonês, que tencionava efetuar a própria cruzada à Terra Santa, voltou a lembrar Alfonso X de que havia pactuado trégua com o emir de Túnis, e declinou o convite.

O fato de não poder contar com a participação pessoal de Jaime I não desanimou Alfonso X de levar adiante o seu projeto. Após despedir-se de Jaime I em Agreda, Alfonso X se apressou a chegar a Andaluzia e a acertar os últimos preparativos para a cruzada à África.

Em julho de 1260 Alfonso X nomeou Juan García de Villamayor como *adelantado de la mar*. García de Villamayor, *mayordomo mayor* de Alfonso X, recebeu plenos poderes, e o monarca determinou que todos os portos do reino deveriam obedecer a ele.

O passo seguinte foi estabelecer uma base naval próxima ao Atlântico. Para isso foi escolhida a cidade de Alcanate (al-Qanatir), situada na margem esquerda do rio Guadalete, em frente a Cádiz. Dotada de uma baía excelente e protegida do mar aberto, Alcanate foi rebatizada com o nome de “Puerto de Santa María”.

A mudança do nome provocou o descontentamento dos muçulmanos da cidade de Jerez, que protestaram junto ao monarca. Alfonso X refere-se a esse início de conflito na *Cantiga 328*:

No catou al, senon quando / o alguazil mui sannudo
de Xerez a ele ve□o, / mouro mui riqu’ e sisudo,
dizendo: ‘Sennor, com’ ousa / seer null’ om’ atrevudo
d’ Alcanate, u pousades, / aver-ll’ o nome cambiado
Sabor á Santa Maria, / de que Deus por nos foi nado...

E ar dizer-ll’ outro nome, / de que an gran desconorto
os mouros, porque lle chaman / Santa Maria del Porto,
de que ven a nos gran dano / e a vos fazen y torto.
e atal feito com’ este / deve ser escarmentado’
Sabor á Santa Maria, / de que Deus por nos foi nado (C.S.M, 1989, p. 160-161).

Os muçulmanos protestaram também contra o estabelecimento de repovoadores cristãos, mas logo se conformaram, ameaçados, ao que tudo indica pelo próprio Alfonso X. O monarca sabia que o controle de Alcanate seria importante para o repovoamento de Cádiz, cidade que funcionaria como entreposto dos navios ancorados no porto de Santa Maria.

Embora Cádiz fizesse parte dos territórios conquistados por Fernando III, em 1260 o lugar ainda não estava ocupado. Dada a sua importância para a cruzada à África, Alfonso X decidiu repovoá-la rapidamente.

Finalmente, após quase seis anos de preparativos, Alfonso X deu início à cruzada à África, ou *fecho de allende*, como é chamada essa empresa nas fontes alfonsinas. Seu primeiro objetivo era atacar a cidade de Salé, um porto da costa atlântica do Marrocos, defronte a Rabat. No início de setembro de 1260, uma frota composta de 37 embarcações de diferentes tipos partiu do porto de Santa Maria em direção a Salé.

A *Crónica de Alfonso X* relata o saque da cidade marroquina pelas forças castelhanas:

[...] seyendo el rey llegado a Seuilla, sopo que la villa de Çalé, que es puerto allende la mar, se estauan las gentes della seguradas e las puertas de la villa que las non guardauan de día nin de noche non las çerrauan. Et dixieron al rey que sy enbiase y la su flota con gentes, que tomaría aquella villa de Çalé. Et el rey tenía en este tienpo aderesçada su flota e era almirante della Pero Martínez de Fe et otrosy era con el rey vn rico omne su vasallo e dezíanle don Juan García. E mandó que él et Pero Martínez, su almirante, e otros muchos caualleros e escuderos que entrasen en la flota et que fuesen tomar la villa de Çalé. E don Juan García e Pero Martínez, almirante, e los otros a quien el rey enbió con ellos fueron en aquella flota. Et un día en amanesciendo, llegaron a la puerta de la villa de Çalé [...] e tomaron la villa. Et en la entrada mataron y algunos moros, e murieron más sy non que cataron todos por todos por foyr e non cató ninguno por la defender. Et los christianos apoderáronse en las torres del muro e en las puertas de la villa. Et don Juan García entró en la villa e mandó que tomasen las fortalezas e que pusiesen muy buen recabdo en las puertas, e defendió que non robasen nin tomasen ninguna cosa de lo que estaua en la villa. Et Pero Martínez el almirante fincó en la guarda de la flota con todos los marineros, e don Johán García e los que estauan con él apoderáronse de la villa e touiéronla quatro días en su poder. Et en estos quatro días tomaron ende lo que quisieron, en

que ouo muchas mercadurías e oro e plata et otras cosas de muy grandes preçios, e pusiéronlas en las naues e en las galeas (C.A.X, 1998, p. 53-54).

De acordo com essa fonte, ao receberem a notícia de que os muçulmanos planejavam reunir forças para atacá-los, os castelhanos resolveram abandonar Salé. Além dos despojos de guerra, levaram consigo um grande número de cativos.

Segundo Joseph O’Callaghan, o cronista muçulmano Ibn Idhari afirma que Alfonso X ficou tão furioso com o abandono de Salé que jurou castigar seus homens e queimar vivo Juan García, o almirante. Todavia, o autor considera duvidosas as informações do cronista. (O’CALLAGHAN, 1999, p. 129).

Já Manuel González Jiménez parece dar total credibilidade ao relato de Ibn Idhari, uma vez que, tal como o cronista muçulmano, considera que a cruzada à África foi um fracasso. Este autor acrescenta que Juan García de Villamayor caiu em desgraça com o rei e nunca mais voltou a ostentar algum cargo na corte (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p. 140).

Não é o que se observa na *Crónica de Alfonso X*. De acordo com as informações nela contidas, Alfonso X ficou bastante satisfeito com a expedição a Salé, e assim que soube do retorno “[...] *ovo ende grant plazer*” (CAX, 1998, p. 54).

Na *Cantiga 328*, o próprio Alfonso X declara a sua satisfação com essa expedição:

Ond’ en este logar bo□o / foi pousar hu□a vegada
el Rey Don Affonso, quando / sa frota ouv’ enviada
que Çalé britaron toda, / gran vila e muit’ onrada,
e o aver que gãaron, / de dur seria osmado.
Sabor á Santa Maria, / de que Deus por nos foi nado (C.S.M, 1998, p. 160)

Efetivamente, o saque de Salé encerra o sonho alfonsino de levar adiante o projeto de expansão territorial de Fernando III. A partir de 1261, mesmo tencionando dar continuidade ao projeto, Alfonso X se ocuparia da incorporação definitiva da cidade de Jerez e dos reinos muçulmanos de Niebla e Murcia, territórios que, por vezes, ameaçaram romper os laços de vassalagem com Castela.

2. A Campanha Militar Contra Jerez.

Conforme observamos, a primeira expedição militar contra Jerez, em 1253, teve como objetivo forçar a cidade a voltar à condição de tributária de Castela, o que foi estabelecido logo após a conquista de Sevilha, em 1248. Mesmo submetida aos castelhanos, a cidade havia mantido autoridade e administração próprias. Com a campanha militar de 1261, Alfonso X procurou reduzi-la à condição de protetorado de Castela, mediante a transferência para os castelhanos do controle de todas as suas fortalezas.

O cronista de Alfonso X faz um relato da segunda campanha militar contra Jerez, embora a confunda com a realizada em 1253:

Et sacó su huestes e fuéla çercar e tóuola çercada vn mes. Et los moros de la villa, por desuiar que los de la hueste del rey don Alfonso non les talasen los oliuares nin las huertas, cuydando de fyncar en la villa en sus heredades, que después en algund tienpo podrían sallir de premia e de poder de los christianos, et otrosy por que eran despagados del sennor que tenían ante quel rey don Alfonso mandase armar las gentes, nin les fiziesen danno en las heredades nin en las otras cosas, enbiáronle dezir que touiese por bien de los dexar en sus casas e con todas las sus heredades et que le entregarian la villa et le darían de cada anno el tributo que dauan a su sennor. Et el rey, veyendo que la conquista desta villa podría durar luengo tienpo et demás que era la villa tan grande que non podría aver christianos que gela poblasen luego, ca çibdat de Seuilla non era avn bien poblada, tóuolo por bien et otorgó gelo. Et pues que los moros de la villa vieron este otorgamiento, dixieron al moro sennor de la

villa que estaua en el alcázar que se abeniese con el rey don Alfonso e que se posiese en saluo e quel dexase el alcázar. Et por esta razón aquel Abén Abit ouo abenencia con el rey don Alfonso que le dexase salir a saluo con todo lo suyo. et entrególe el alcázar (C.A.X, 1998, p. 12-13, grifo nosso).

A entrega do alcácer de Jerez a Alfonso X e a saída do “sennor de la villa” comprovam que essa campanha militar nada tem a ver com a primeira, de 1253, cujo objetivo foi o de aplacar a sublevação de Jerez e obrigar essa região densamente povoada a cumprir os compromissos acordados com Fernando III, ou seja, o pagamento de tributos à Coroa de Castela.

Devido à escassez de repovoadores cristãos, Alfonso X permitiu que os muçulmanos mantivessem suas propriedades mediante o pagamento de um tributo anual. O alcácer foi entregue a Nuño González de Lara, que confiou sua defesa a García Gómez Carrillo.

Essa aparente capitulação revela, na verdade, que os muçulmanos de Jerez, ante a forte presença militar castelhana no porto de Santa Maria, decidiram reconhecer a autoridade de Alfonso X e esperar, como veremos, por uma ocasião mais propícia para enfrentar o monarca castelhana.

3. A Conquista do Reino de Niebla.

Uma vez estabelecido o controle da cidade de Jerez, Alfonso X voltou sua atenção para o pequeno reino de Niebla. Não há, nas fontes alfonsinas, a indicação de alguma atitude de Ibn Mahfut, rei de Niebla, que provocasse o rompimento de vassalagem por parte do monarca castelhana e justificasse a invasão.

A *Crónica de Alfonso X*, embora não apresente nenhuma razão que justificasse a guerra contra Niebla, relaciona-a à questão do Algarve:

E porque el Algarbe tenían todo los moros e la cabeça desto era Niebla, de que era entonces sennor vn moro que dezían Abén Mafod, el rey mandó llamar a los ricos omnes de su reyno e a todos los fijodalgo et los de los conçeijos, e sacó su hueste e fizo çercar la villa de Niebla (C.A. X, 1998, p. 16).

Entretanto é preciso observar que, apesar do que diz o cronista, em 1261 nem todo o Algarve estava em poder do rei de Niebla. O território a oeste do rio Guadiana já havia sido conquistado por Afonso III, de Portugal. Embora fosse motivo de disputa entre o rei português e Alfonso X, o território estava, nessa ocasião, sob a soberania castelhana. Nada leva a crer que, intencionalmente, Alfonso X pretendesse romper a vassalagem e mover uma guerra contra o rei de Niebla, apenas para pressionar o rei de Portugal.

Para González Jiménez, que aceita a tese do cronista marroquino Ibn Idhari, segundo o qual o desastre da expedição contra Salé teria enfurecido Alfonso X, a invasão do reino de Niebla foi a forma encontrada pelo monarca castelhana de “[...] ofrecer al reino un éxito militar que compensara ante la opinión pública el fracaso de la costosa expedición naval contra Salé” (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p. 148).

Para S. Sobrequés, o cerco de Niebla deveu-se ao rompimento de vassalagem por parte de Ibn Mahfut, que, seguindo o exemplo de Jerez, também havia se declarado independente (SOBREQUÉZ, 1974, p. 4).

A *Crónica de Alfonso X* relata que, por se tratar de uma cidade bem fortificada e guarnecida por uma população numerosa, o cerco demorou longo tempo:

[...] acabados nueve meses e medio que aquella villa fue cercada, el rey Abén Mafod enbió pedir merçed al rey don Alfonso que le dexase salir a saluo a él e a todos los que con él estauan con todo lo suyo, e a él que le diese heredades llanas en que se

podiese mantener en toda su vida, et que le entregaría la villa de Niebla e la tierra del Algarbe C.A. X, 1998, p. 17).

Com efeito, Alfonso X atendeu às reivindicações do rei de Niebla, o que tornou a capitulação desse reino inusualmente generosa. Se se tratasse de um cerco a um revoltoso, como afirma Sobrequés, a consequência lógica teria sido a aplicação das leis de guerra da época, ou seja, a expulsão das autoridades e de toda a população muçulmana, a exemplo do que aconteceu com os habitantes de Sevilha.

Segundo a *Crónica de Alfonso X*, não foi o que realmente aconteceu:

El rey don Alfonso dio aquel rey Abén Mafod tierra en que bisquiese para toda su vida, que fue ésta: el lugar del Algaua, que es çerca de Seuilla, con todos los derechos que avía y el rey e con el diezmo del azeyte mesmo dende. E dióle la huerta de Seuilla que llaman la Huerta del Rey e quantías çiertas de marauedís en la Judería de Seuilla e otras cosas con que este rey Abén Mafod ouo mantenimiento onrado en todo su vida (C.A.X, 1998, p. 18).

Estranhamente, Joseph O’Callaghan afirma: “una vez conquistada la ciudad [de Niebla] los moros fueron obligados a evacuarla, iniciándose así la repoblación cristiana” (O’CALLAGHAN, 1998, p. 18). Não é o que diz o cronista de Alfonso X, que segue afirmando categoricamente que: “[...] algunos lugares de los que estonce el rey ganó dexó poblados de moros” (C.A.X, 1998, p. 18).

Em seu firme propósito de relacionar o cerco de Niebla às intenções castelhanas sobre o Algarve, o cronista encerra o capítulo VI da *Crónica de Alfonso X* afirmando: “et el rey don Alfonso, desde ouo ganado Niebla, cobró por todo esto el Algarbe, que son la villa de Niebla con sus términos e Gibrleón e Huelua e Serpia e Mora e Alcantyn et Castro Maryn e Taura e Faro e Laulé” (C.A. X, 1998, p. 19).

Conforme observamos ao discutir a “questão do Algarve”, as relações entre Alfonso X e Afonso III, de Portugal, eram, naquela época, bastante cordiais. Quer seja em atenção à sua filha Beatriz, esposa do rei português, quer em atenção ao seu neto, Dom Dinis, Alfonso X renunciaria, em 1264, a todos os seus direitos sobre as terras do Algarve conquistadas pelos portugueses.

Para Alfonso X, que não havia desistido da cruzada à África, a conquista de Niebla teria uma dupla vantagem: eliminaria um enclave muçulmano muito próximo a Sevilha e ampliaria o controle castelhano sobre uma vasta costa atlântica situada entre o rio Guadiana e o Guadalquivir, mesmo que essa conquista implicasse uma definição em relação ao Algarve.

Referências

Fontes Impressas

ALFONSO X. *Cantigas de Santa María*. Madrid: Castalia, 1989.

ALFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Madrid: Gredos, 1955. v.2.

CRÓNICA DE ALFONSO X. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

DOCUMENTOS DE JAIME I DE ARAGÓN. Valencia: Universidad Literaria de Valencia, 1976.

Bibliografia

ANSÓN, F. *Fernando III: Rey de Castilla y León*. Madrid: Palabra, 1998.

AYALA MARTÍNEZ, C. *Directrices Fundamentales de la Política Peninsular de Alfonso X*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986.

AYALA MARTÍNEZ, C. *Ordenes Militares Hispánicas en la Edad Media (siglos XII – XV)*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

BALLESTEROS BERETTA, A. *Alfonso X, el Sabio*. Barcelona: El Albir, 1984.

BURNS, R. I. *Los mundos de Alfonso X el Sabio y Jaime el Conquistador*. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1990.

CARRIÓN GUTIÉRREZ, J. M. *Conociendo a Alfonso X el Sabio*. Murcia. Editora regional de Murcia, 1997.

CHEJNE, A. G. *Historia de España Musulmana*. Madrid: Cátedra, 1990.

ESTEPA DÍEZ, C. *El legado de Alfonso X*. Murcia: Editora Regional de Murcia, 1998.

FERNÁNDEZ CONDE, F. J. *Las Españas de los Siglos XIII al XV: transformaciones del Feudalismo Tardío*. San Sebastián: Nerea, 2004.

FERNÁNDEZ MIER, M. *Genesis del Territorio en la Edad Media*. Oviedo: Universidad Oviedo, 2001.

FERRERA CUESTA, C. *Diccionario de Historia de España*. Madrid: Alianza, 2005.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. *Historia de España Alfaguara II: a Época Medieval*. Madrid: Alianza, 1976.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A. *Atlas de Historia de España*. Barcelona. Planeta, 2005.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. *Alfonso X, el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. *Fernando III el Santo*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2006.

LADERO QUESADA, M. A. *La Formación Medieval de España: territorios, regiones, reinos*. Madrid: Alianza, 2004.

LINEHAN, P. *The Accession of Alfonso X (1252): Past and Present in Medieval Spain*. Ardelshot: Variorum, 1992.

O'OCALLAGHAN, J. *El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla:

Universidad Sevilla, 1999.

SEGURA GRAIÑO. C. *Alfonso X el Sabio: vida, obra y época*. Madrid: SEEM, 1999.